

# Situação dos Cursos Superiores de Música no Rio Grande do Sul: relato de uma experiência<sup>1</sup>

Luciana Del Ben

Doutora em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Professora Adjunta do Departamento de Música e do  
Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS  
Editora da Revista da ABEM

**Resumo:** Neste texto discuto dificuldades e problemas referentes aos processos de reformulação curricular dos cursos superiores de música a partir de minha experiência como coordenadora de um curso de graduação em música.

**Palavras-chave:** cursos superiores de música, reforma curricular, projeto curricular.

**Abstract:** In this text I discuss some difficulties and problems related to the processes curriculum reformulation of Music Graduation Courses, starting from my experience as a music Graduation Course co-ordinator .

**Key words:** music graduation course, curriculum reformulation, curriculum project.

São vários os enfoques possíveis de serem adotados para dar início ao debate acerca da situação atual dos cursos de música do Rio Grande do Sul. Optei por um relato da minha vivência do processo de reforma curricular do curso do qual sou coordenadora: o Curso de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse processo contempla tanto as modalidades de bacharelado quanto de licenciatura. Já que temos um corpo docente comum a essas modalidades, seria inviável pensar em currículos totalmente distintos.

Mais que apresentar uma proposta de currículo ou um conjunto de disciplinas, pretendo dividir com os leitores as preocupações e dificuldades que tenho vivenciado como coordenadora da Comissão de Graduação em Música e como membro da Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS (Coorlicen), da qual, atualmente, sou coordenadora substituta. Ressalto que estarei apresentando a minha perspectiva, que não necessariamente coincide com as perspectivas dos meus colegas de departamento.

Assumi a coordenação do Curso de Música em janeiro de 2003. A discussão sobre a reforma, ainda que de modo muito tímido, havia sido iniciada no ano anterior. Diante dos prazos exigidos para a submissão das reformas à Câmara de Graduação da minha universidade<sup>2</sup>, solicitei o auxílio da Profa. Liane Hentschke, que me orientou na elaboração de um plano de ação, pos-

teriormente aprovado pelos membros da Comissão de Graduação. Partimos do pressuposto de que um projeto de reforma curricular deve, necessariamente, envolver todos os docentes do departamento e o corpo discente, além da análise e reformulação dos documentos da instituição. Somente por um processo democrático e participativo poderemos desenvolver e implementar um projeto curricular que atenda às necessidades, objetivos e saberes de todos nós, professores, e de nossos alunos.

No plano foram definidas seis etapas de ação, das quais, até o momento, cumprimos duas parcialmente e somente uma na íntegra. Alguns dos motivos que levaram ao não-cumprimento do plano inicial são as dificuldades que pretendo apontar durante este texto.

A primeira etapa do nosso plano consistiu em fazer um diagnóstico do curso, objetivando uma avaliação conjunta do trabalho desenvolvido por parte de cada setor do Departamento de Música – Educação Musical, Práticas Interpretativas, Composição e Teoria – que, em seguida, seria discutida em reunião plenária. Buscávamos identificar os pontos fortes e fracos do curso em relação aos seguintes aspectos:

## Condições de trabalho

- recursos humanos: professores e funcionários
- instalações físicas
- recursos materiais
- ambiente de trabalho

## **Currículo**

- objetivos do curso
- perfil do egresso e relação com as exigências de atuação profissional
- grade curricular: adequação dos campos de conhecimento e suas respectivas disciplinas
- relação entre as disciplinas e seqüenciação das mesmas
- relação entre teoria e prática: equilíbrio entre atividades práticas, teóricas, teórico-práticas e de estágio
- relação entre nome, súmula, número de créditos e carga horária das disciplinas
- carga horária geral do curso/número de semestres
- metodologias de ensino
- relação entre ensino de graduação, atividades de pesquisa e extensão

## **Sistema de avaliação**

- testes, exames, provas, trabalhos
- formação de bancas examinadoras
- avaliação do professor
- avaliação do aluno
- avaliação do currículo

## **Processo seletivo (prova específica do vestibular)**

### **Pesquisa: Importância do curso no contexto (cidade/região/estado) no qual está inserido**

A idéia era elaborar um relatório que seria parte da justificativa para empreender a reforma. O relatório não chegou a ser redigido. Sem pretender fazer generalizações, acredito que um dos motivos que levaram a isso foi uma certa dificuldade em avaliar o currículo do curso como um todo, bem como refletir sobre as concepções subjacentes às práticas em sala de aula.

Discutir a situação do curso, na maior parte do tempo, consistia em defender – muitas vezes com base somente na experiência e sem fundamentos sólidos – a criação de novas disciplinas ou o aumento da carga horária de outras já existentes. Parecia haver uma preocupação com as disciplinas em si, com a definição de conteúdos, sem pensar no seu papel dentro de um projeto mais amplo. Por mais que se falasse em mobilizar conhecimentos, conforme recomendam as diretrizes curriculares, mesmo que de modo inconsciente, a abordagem predominante ainda era a conteudista, tecnicista. Como sabemos, nessa abordagem – sustentada pelo modelo da racionalidade técnica – pensa-se que o aluno deve “receber” conteúdos a serem aplicados na prática, conteúdos que, muitas vezes, não têm relação com os saberes anteriores e paralelos à formação acadêmica. Relacionado a isso, está a visão de que “o aluno não aprende porque não quer”, não faz a integração entre as disciplinas “porque não estuda”, como se lhe bastasse entrar em contato com conteúdos isolados para tanto.

Um outro problema foi a idéia de criarmos um curso de licenciatura em instrumento. Na visão de vários professores, a formação pedagógica ainda parece implicar formação musical menor, apesar dos esforços de educadores musicais de várias partes do nosso país para mostrar que as coisas podem ser diferentes. Ao invés de investir na formação musical do licenciado, em articulação com a formação pedagógica, e na sua capacitação para atuar como professor de instrumento, o caminho mais curto parece ser o de acrescentar “*tinturas de pedagogia*” ao curso de bacharelado. Isso, a meu ver, vai na contramão do momento em que vivemos, pois contraria o movimento mundial de luta pela profissionalização do professor. Muitos querem propiciar acesso ao conhecimento pedagógico, mas desde que isso não implique redução da carga horária destinada aos conteúdos específicos. Sabemos que esses problemas não são exclusivos da nossa área, pois remetem à histórica dicotomia entre bacharelado e licenciatura.

Além disso, é bastante difícil fazer uma reforma curricular como essa que no momento nos é exigida, quando boa parte dos professores de diversos cursos de graduação (e não só dos cursos de música) jamais sequer leu uma definição de currículo; quando vários ainda acreditam que se aprende a ser professor na prática, sem necessidade de construir saberes pedagógicos sistematizados, confiando somente nos saberes da experiência – que são fundamentais, mas não suficientes. Vale ressaltar que, apesar das diretrizes propostas pelo Ministério da Educação, tanto para os cursos de graduação quanto para a formação de professores para a educação básica, vários formadores ainda desconhecem as discussões recentes acerca da formação inicial das mais diversas áreas.

Apesar das dificuldades aqui relatadas, conseguimos rever concepções, discutir e propor práticas mais significativas. Para tanto, acredito ter sido muito importante contar com depoimentos dos alunos do nosso curso. Concomitantemente à etapa de diagnóstico do curso por parte dos professores, realizamos um levantamento sobre o perfil dos alunos que freqüentam o curso. Para tanto, aplicamos um questionário aos alunos, contemplando, entre outras questões, os motivos que os levaram à escolha do curso, suas opiniões sobre o currículo e sobre a relação do curso com os espaços de atuação profissional e suas expectativas em relação ao curso.

Essa foi uma forma de ouvir os alunos. Suas respostas foram muito importantes na medida em que potencializaram a revisão de certos preceitos e práticas curriculares, levando à busca pela criação de disciplinas capazes de atender às necessidades e anseios dos alunos. Entre esses avanços, destaco: a criação de uma disciplina teórica integradora logo no início do curso, que contemplará princípios de estruturação musical, contraponto, harmonia e

análise; a inclusão da disciplina de iniciação à pesquisa, seguida do projeto de graduação, para todos os alunos do curso e não só para licenciandos, de novas disciplinas de tecnologia aplicada à música e da disciplina de improvisação musical. Além disso, as discussões apontaram para a necessidade de ampliarmos o conceito de música de câmara, o que permitirá contemplar outras tradições musicais além da chamada música erudita. Outra conquista refere-se ao desejo de propiciar uma certa flexibilização dos percursos de formação, eliminando os pré-requisitos de várias disciplinas e transformando o caráter de outras, de obrigatório para eletivo.

Nosso projeto político-pedagógico ainda está por ser redigido, assim como as súmulas, bibliografia e planos de ensino de cada disciplina do curso, etapas do plano de ação que ainda não conseguimos cumprir. Sabemos que, em termos práticos, isso é bastante grave, pois ainda nos falta uma política interna, uma concepção de formação solidamente fundamentada e que conte com o engajamento de todos os professores.

As questões partilhadas ao longo deste texto são problemáticas e, caso não sejam superadas, podem constituir-se como entraves que nos impedirão de concretizar um novo modelo de formação, modelo este que é urgente – não somente em função das diretrizes, mas, principalmente, porque a realidade vem nos exigindo isso há algum tempo.

Práticas de formação serão redimensionadas e reconstruídas somente pelos sujeitos das ações formativas. Num processo de reforma curricular, portanto, não há como não contar com os professores – com todos os professores – que são os protagonistas dessas ações. Estamos diante da oportunidade de construir um projeto curricular que contemple as características, necessidades, demandas e potencialidades de cada curso. Por isso, precisamos nos comprometer com a reflexão sobre nossas formas de pensar e agir e com o questionamento da consistência, validade, pertinência e relevância das mesmas. Caso contrário, corremos o risco de não conseguir implementar as diretrizes atuais, as quais, apesar de possíveis críticas, ainda estão à frente do modelo predominante da grande maioria dos cursos de formação na área de música. Se não questionarmos nossas próprias concepções acerca do que significa formar profissionais em nível superior na área de música, sejam professores ou músicos, as reformas não passarão de maquiagem. As Diretrizes Curriculares Nacionais funcionarão somente como um controlador externo, como um conjunto de recomendações ou exigências acerca daquilo que poderemos/deveremos ou não colocar no papel. Perfil do aluno, competências necessárias, súmulas das disciplinas, referências bibliográficas, critérios de avaliação, entre outros tantos aspectos que devem compor nosso projeto político-pedagógico, estarão registrados apenas em um documen-

to, sem correspondência com aquilo que acontecerá em nossas salas de aula, o que constituiria, somente, uma reforma de papel.

<sup>1</sup> Texto apresentado na Mesa de Debates: Situação atual dos cursos de música no Rio Grande do Sul, durante o VI Encontro Regional da ABEM Sul, realizado em junho de 2003, em Montenegro-RS.

<sup>2</sup> Depois da apresentação deste texto, o prazo para submissão do projeto curricular à Câmara de Graduação, felizmente, foi prorrogado.